

A C Ó R D ã O

(SDI-2)

GMALB/pr/AB/mn

PE

RECURSO ORDINÁRIO EM MANDADO DE SEGURANÇA. DOENÇAS OCUPACIONAIS. PAUSAS PARA DESCANSO. SEGURANÇA E SAÚDE DOS TRABALHADORES. MEIO AMBIENTE DO TRABALHO. PREVALÊNCIA. PRESENÇA DOS PRESSUPOSTOS QUE AUTORIZAM O DEFERIMENTO DE MEDIDA LIMINAR. 1. O Estado, como produto da razão humana, tem suas origens nas chamadas teorias contratualistas ou pactistas, também conhecidas como teorias racionalistas de justificação do Estado, desenvolvidas a partir do estudo das primitivas comunidades, em estado de natureza. 2. O homem delega ao Estado os direitos necessários à manutenção da paz e da segurança de todos, conservando, por outro lado, o direito à vida, à propriedade e à liberdade (direitos naturais inalienáveis). 3. A busca pela concretização de tais valores fez com que o Estado assumisse o compromisso de elaborar e tornar efetiva a aplicação de normas adstritas ao conceito de sociedade justa e solidária, livre de desigualdades e de preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação (art. 3º da Constituição Federal). 4. No âmbito da proteção jurisdicional, -a lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito- (CF, art. 5º, XXXV), sendo certo que a tutela definitiva implica cognição formada com base no contraditório e na ampla defesa (art. 5º, LIV e LV, da Carta Magna), ao passo que a tutela provisória, como espécie de providência imediata e de urgência, deita suas raízes na efetividade do processo, de modo a assegurar que os envolvidos não venham a sofrer danos em razão da demora na prestação jurisdicional (CF, art. 5º, LXXVIII). 5. Assim é que, ante o possível confronto entre a segurança jurídica e a efetividade (cognição sumária), cabe ao julgador, atento às circunstâncias do caso concreto e com o desígnio de preservar os bens e valores prevalentes à luz do Direito, deferir a medida liminar. 6. A constatação da ausência de precauções para que trabalhadores deixem de sofrer graves e reiteradas lesões sustenta o comando liminar, ao mesmo tempo que degrada o pretenso direito líquido e certo da Impetrante. Recurso ordinário em mandado de segurança conhecido e provido.

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Recurso Ordinário nº **TST-RO-62-36.2010.5.12.0000**, em que é Recorrente **MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO DA 12ª REGIÃO**, Recorrida **BRF BRASIL FOODS S.A.** e Autoridade Coatora **JUIZ TITULAR DA VARA DO TRABALHO DE JOAÇABA/SC.**

O Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região, pelo acórdão de fls. 5.965/5.971-PE, concedeu a segurança pleiteada, para suspender os efeitos da decisão impugnada.

O Ministério Público do Trabalho da 12ª Região interpôs recurso ordinário (fls. 5.977/5.994-PE), sustentando, em síntese, a legalidade da decisão proferida pelo MM. Juízo da Vara do Trabalho de Joaçaba/SC, ao fundamento de restaram preenchidos os requisitos previstos nos arts. 273 e 461, § 3º, do CPC.

Pugna pela denegação da segurança, mantendo-se incólume o ato judicial de fls. 845/860.

Recebido o recurso pelo despacho de fl. 5.997-PE.

Contrarrazões a fls. 5.999/6.003-PE.

Os autos não foram encaminhados ao D. Ministério Público do Trabalho, para emissão de parecer (art. 83, § 2º, I, do RI/TST).

É o relatório.

V O T O

I - CONHECIMENTO.

Presentes os requisitos extrínsecos de admissibilidade, pois tempestivo o apelo (fls. 5.974/5.975 e 5.977-PE), regular a representação e dispensado o recolhimento das custas processuais (art. 790-A, II, da CLT), conheço do recurso ordinário.

II - MÉRITO.

MANDADO DE SEGURANÇA. DOENÇAS OCUPACIONAIS. PAUSAS PARA DESCANSO. SEGURANÇA E SAÚDE DOS TRABALHADORES. MEIO AMBIENTE DO TRABALHO. PREVALÊNCIA. PRESENÇA DOS PRESSUPOSTOS QUE AUTORIZAM O DEFERIMENTO DE MEDIDA LIMINAR.

Trata-se de mandado de segurança impetrado, com pretensão liminar, contra a decisão de fls. 845/860, por meio da qual a Exma. Juíza da Vara do Trabalho de Joaçaba/SC, nos autos da ação civil pública nº 1327/2009-012-12-00.0, deferiu parcialmente a medida liminar então postulada, para determinar que a empresa BRF BRASIL FOODS S.A. se abstenha de exigir a prorrogação de jornada, salvo expressa autorização do Ministério do Trabalho em razão de força maior ou de serviços inadiáveis. Além disso, restou assegurado aos empregados da unidade de Capinzal/SC a

fruição de pausas para descanso, bem como a imediata comunicação dos casos de doenças profissionais comprovadas ou objeto de suspeita, com ordem de encaminhamento do trabalhador à Previdência Social.

Estes, os termos da decisão impugnada, na fração de interesse (fls. 118/123):

-3. Pedido de reconsideração da decisão formulado pelo Ministério Público do Trabalho - antecipação de tutela de mérito

Busca-se com a tutela antecipada de mérito, em especial quando o objeto da demanda envolve uma obrigação de fazer ou não fazer, cessar uma situação de violação de direito e diminuir a extensão dos danos sofridos pelos envolvidos quando, dadas as provas juntadas com a inicial e/ou, dadas as provas juntadas com a inicial e com a defesa, o juízo estiver convencido: a) da verossimilhança das alegações; b) dos prejuízos irreparáveis/de difícil reparação que serão sentidos pelos envolvidos; c) da reversibilidade da medida. Inteligência do disposto nos arts. 273 e 461, §3º do CPC, de aplicação subsidiária ao processo do trabalho, que assim dispõem:

[...]

E tais requisitos, que justificam a concessão de tutela antecipada de mérito, estão presentes no caso em exame. Com efeito, a magistrada que prolata a presente decisão atua na Unidade Judiciária de Joaçaba desde março de 2008, sendo que, de referida data e até hoje, instruiu e julgou mais de 300 ações indenizatórias propostas por empregados/ex-empregados da requerida em razão de doenças adquiridas e/ou agravadas pelas condições de trabalho a que estavam submetidos, a grande maioria em razão de patologias conhecidas por LER (Lesão por Esforços Repetitivos) ou DORT (Distúrbios Osteomusculares Relacionados ao Trabalho) com nexo de causalidade confirmado.

Considerando que se está tratando de trabalhadores sujeitos a alto risco para desenvolvimento de LER/DORT, relevante trazer à baila algumas considerações técnicas sobre o tema.

Entende-se por LER/DORT, seguindo o conceito estampado na IN INSS 98/2003 (Norma Técnica do INSS que traça protocolos para definição de nexo de causalidade e incapacidades em razão de LER/DORT)

'uma síndrome relacionada ao trabalho, caracterizada pela ocorrência de vários sintomas concomitantes ou não, tais como: dor, parestesia, sensação de peso, fadiga, de aparecimento insidioso, geralmente nos membros superiores, mas podendo acometer membros inferiores. Entidades neuro-ortopédicas definidas como tenossinovites, sinovites, compressões de nervos periféricos, síndromes miofaciais, que podem ser identificadas ou não. Frequentemente são causa de incapacidade laboral temporária ou permanente. São resultado da combinação da sobrecarga das estruturas anatômicas do sistema osteomuscular com a falta de tempo para sua recuperação. A sobrecarga pode ocorrer seja pela utilização excessiva de determinados grupos musculares em movimentos repetitivos com ou sem exigência de esforço localizado, seja pela permanência de segmentos do corpo em determinadas posições por tempo prolongado,

particularmente quando essas posições exigem esforço ou resistência das estruturas músculo-esqueléticas contra a gravidade. A necessidade de concentração e atenção do trabalhador para realizar suas atividades e a tensão imposta pela organização do trabalho, são fatores que interferem de forma significativa para a ocorrência das LER/DORT. O Ministério da Previdência Social e o Ministério da Saúde, respectivamente, por meio do Decreto nº 3.048/99, anexo II e da Portaria nº 1.339/99, organizaram uma lista extensa, porém exemplificativa, de doenças do sistema osteomuscular e do tecido conjuntivo relacionadas ao trabalho.'

A caracterização da LER/DORT como uma síndrome própria do sistema capitalista de produção implantado após a Primeira Revolução Industrial, cuja característica principal foi a adaptação do homem à máquina, e não da máquina/produção ao homem, é igualmente evidenciada pela IN INSS 98/2003, que, ao descrever os aspectos epidemiológicos relevantes neste tipo de síndrome, destaca:

Com o advento da Revolução Industrial, quadros clínicos decorrentes de sobrecarga estática e dinâmica do sistema osteomuscular tornaram-se mais numerosos. No entanto, apenas a partir da segunda metade do século, esses quadros osteomusculares adquiriram expressão em número e relevância social, com a racionalização e inovação técnica na indústria, atingindo, inicialmente, de forma particular, perfuradores de cartão. A alta prevalência das LER/DORT tem sido explicada por transformações do trabalho e das empresas. Estas têm se caracterizado pelo estabelecimento de metas e produtividade, considerando apenas suas necessidades, particularmente a qualidade dos produtos e serviços e competitividade de mercado, sem levar em conta os trabalhadores e seus limites físicos e psicossociais. Há uma exigência de adequação dos trabalhadores às características organizacionais das empresas, com intensificação do trabalho e padronização dos procedimentos, impossibilitando qualquer manifestação de criatividade e flexibilidade, execução de movimentos repetitivos, ausência e impossibilidade de pausas espontâneas, necessidade de permanência em determinadas posições por tempo prolongado, exigência de informações específicas, atenção para não errar e submissão a monitoramento de cada etapa dos procedimentos, além de mobiliário, equipamentos e instrumentos que não propiciam conforto.

Entre os vários países que viveram epidemias de LER/DORT estão a Inglaterra, os países escandinavos, o Japão, os Estados Unidos, a Austrália e o Brasil. A evolução das epidemias nesses países foi variada e alguns deles continuam ainda com problemas significativos.

O advento das LER/DORT em grande número de pessoas, em diferentes países, provocou uma mudança no conceito tradicional de que o trabalho pesado, envolvendo esforço físico, é mais desgastante que o trabalho leve, envolvendo esforço mental, com sobrecarga dos membros superiores e relativo gasto de energia.

Da IN INSS 98/2003 extrai-se, outrossim, os fatores de risco reconhecidos pela comunidade científica para o desenvolvimento de LER/DORT, o que, dada a relevância para o presente caso, transcrevo a seguir:

O desenvolvimento das LER/DORT é multicausal, sendo importante analisar os fatores de risco envolvidos direta ou indiretamente. A expressão 'fator de risco' designa, de maneira geral, os fatores do trabalho relacionados com as LER/DORT.

Os fatores foram estabelecidos na maior parte dos casos, por meio de observações empíricas e depois confirmados com estudos epidemiológicos. Os fatores de risco não são independentes. Na prática, há a interação destes fatores nos locais de trabalho. Na identificação dos fatores de risco, deve-se integrar as diversas informações.

Na caracterização da exposição aos fatores de risco, alguns elementos são importantes, dentre outros:

- a) a região anatômica exposta aos fatores de risco;
- b) a intensidade dos fatores de risco;
- c) a organização temporal da atividade (por exemplo: a duração do ciclo de trabalho, a distribuição das pausas ou a estrutura de horários);
- d) o tempo de exposição aos fatores de risco.

Os grupos de fatores de risco das LER podem ser relacionados com (Kuorinka e Forcier, 1995):

- a) o grau de adequação do posto de trabalho à zona de atenção e à visão. A dimensão do posto de trabalho pode forçar os indivíduos a adotarem posturas ou métodos de trabalho que causam ou agravam as lesões osteomusculares;

- b) o frio, as vibrações e as pressões locais sobre os tecidos.

A pressão mecânica localizada é provocada pelo contato físico de cantos retos ou pontiagudos de um objeto ou ferramentas com tecidos moles do corpo e trajetos nervosos;

- c) as posturas inadequadas. Em relação à postura existem três mecanismos que podem causar as LER/DORT:

- c.1) os limites da amplitude articular;

- c.2) a força da gravidade oferecendo uma carga suplementar sobre as articulações e músculos;

- c.3) as lesões mecânicas sobre os diferentes tecidos;

- d) a carga osteomuscular. A carga osteomuscular pode ser entendida como a carga mecânica decorrente:

- d.1) de uma tensão (por exemplo, a tensão do bíceps);

- d.2) de uma pressão (por exemplo, a pressão sobre o canal do carpo);

- d.3) de uma fricção (por exemplo, a fricção de um tendão sobre a sua bainha);

- d.4) de uma irritação (por exemplo, a irritação de um nervo).

Entre os fatores que influenciam a carga osteomuscular, encontramos:

a força, a repetitividade, a duração da carga, o tipo de preensão, a postura do punho e o método de trabalho;

e) a carga estática. A carga estática está presente quando um membro é mantido numa posição que vai contra a gravidade. Nesses casos, a atividade muscular não pode se reverter a zero (esforço estático). Três aspectos servem para caracterizar a presença de posturas estáticas: a fixação postural observada, as tensões ligadas ao trabalho, sua organização e conteúdo;

f) a invariabilidade da tarefa. A invariabilidade da tarefa implica monotonia fisiológica e/ou psicológica;

g) as exigências cognitivas. As exigências cognitivas podem ter um papel no surgimento das LER/DORT, seja causando um aumento de tensão muscular, seja causando uma reação mais generalizada de estresse;

h) os fatores organizacionais e psicossociais ligados ao trabalho.

Os fatores psicossociais do trabalho são as percepções subjetivas que o trabalhador tem dos fatores de organização do trabalho. Como exemplo de fatores psicossociais podemos citar: considerações relativas à carreira, à carga e ritmo de trabalho e ao ambiente social e técnico do trabalho. A 'percepção' psicológica que o indivíduo tem das exigências do trabalho é o resultado das características físicas da carga, da personalidade do indivíduo, das experiências anteriores e da situação social do trabalho.

Relevante dizer, ainda, que se considera um trabalho altamente repetitivo quando o ciclo de trabalho é menor que 30 segundos, ou, mesmo quando maior que 30 segundos, mais que 50% do ciclo é ocupado com apenas um tipo de movimento.

Pois bem. O que tem verificado esta magistrada nos diversos perícias realizadas por profissionais médicos de reconhecido conhecimento técnico envolvendo ex-empregados da ré com pedidos de indenização por LER/DORT, com destaque para as perícias realizadas em 2009 pelo perito Vinícius Resener, é que a requerida, ao contrário do alegado em sua contestação, não vem promovendo medidas suficientes e adequadas à eliminação dos fatores de risco para desenvolvimento de LER/DORT listados na IN INSS 98/2003.

Com efeito, as descrições do perito anteriormente referido relativas ao ambiente de trabalho e funções desenvolvidas pelos trabalhadores da requerida, em especial quando considerados aqueles que se ativam na sala de cortes, dão conta da veracidade da situação descrita pelos Auditores Fiscais do Trabalho nos Autos de Infração juntados no 1º Volume de documentos (auto de infração 01627244-7). Aliás, os Autos de Infração lavrados pelos Auditores Fiscais do Trabalho, sendo atos praticados por agentes públicos no exercício de suas funções, gozam de presunção de veracidade e idoneidade, **sendo prova inequívoca da verossimilhança do alegado na inicial.**

Corroborando o afirmado acima, transcrevo, a seguir, trechos extraídos de dois laudos periciais apresentados pelo perito Vinícius Resener após visita à empresa e

detalhada análise ergonômica do posto de trabalho de empregados da requerida que apresentam doenças osteomusculares relacionadas com o trabalho:

a) Laudo relativo autos 01473/2008

A autora expôs que laborou na empresa requerida exercendo as atividades de limpeza de peito de frango na nória durante 18 meses, cortes especiais de coxa 'cacugire' por dois anos, cortes especiais de peito (diagonal) durante um ano e novamente limpeza de peito em sistema de rodízio com a tarefa de pesagem de peito de frango.

Durante a função de limpeza de peito de frango, executada predominantemente na posição em pé, a carcaça é transportada pela nória. Os trabalhadores executam a remoção do peito e posteriormente procedem à limpeza da peça utilizando faca para realizar as incisões. As peças de peito são depositadas na esteira após a limpeza.

Durante o corte do peito, o trabalhador efetua os movimentos de flexão de 45° dos ombros (ao remover o peito da carcaça de frango pendurada na nória) e flexão com desvio ulnar do punho do membro dominante (no caso em questão, o punho direito) associados à pronação do antebraço durante execução das incisões no animal. São efetuados cinco cortes por peça de peito, e cada trabalhador executa a limpeza, em média, de sete peitos por minuto de labor. Dessa forma, são realizados 35 cortes com a mão direita a cada minuto de trabalho.

A repetitividade de movimentos associada à aplicação de força durante a execução da tarefa de limpeza de peito de frango impõe risco elevado ao desenvolvimento de lesões no punho dominante direito. Os movimentos de flexão dos ombros realizados ao retirar o peito da carcaça, em média sete vezes a cada minuto de trabalho, apresentam risco baixo ao surgimento de lesões nos ombros.

A atividade de cortes especiais de coxas de frango é executada na posição predominantemente em pé. O trabalhador coleta uma bacia, localizada ao lado de seu tronco sobre um carrinho, e a desloca lateralmente até a bancada de trabalho. As bacias contêm peças de coxa de frango desossadas e limpas. Cada bacia pesa em média de 11 kg.

Em seguida, o trabalhador coleta a coxa de frango com a mão esquerda e a coloca sobre a bancada. Corta a peça em cubos, utilizando faca com a mão direita (dominante, no caso em tela). Em ato contínuo, deposita os cubos cortados sobre a esteira. Durante a atividade de cortar as coxas de frango são realizadas oito incisões em cada peça, totalizando oito coxas cortadas a cada minuto de trabalho. Dessa forma, o trabalhador efetua 64 incisões por minuto, resultando em 3840 cortes a cada hora ininterrupta de labor.

Ao executar as incisões nas peças, o trabalhador realiza movimentos de flexão e desvio ulnar do punho direito com pequena aplicação de força.

Ao analisar a tarefa de cortes especiais de coxa, conforme executada pela autora, constatou-se que existe risco elevado ao surgimento de lesão no punho direito, devido à repetitividade da realização das incisões nas peças de coxa de frango. Em relação aos ombros, foi observado risco baixo ao surgimento de lesão. (sem grifos no original)

b) Laudo relativo autos 1236/2008

A requerente expôs que desempenhava as atividades de desossa do segundo osso da coxa de frango e ocasionalmente a pesagem e repasse de coxa e desossa do primeiro osso da coxa. Dessa forma não serão descritas as tarefas executadas eventualmente, pois não apresentam relevância no caso em tela.

O local de trabalho caracteriza-se por um salão amplo e resfriado, pé-direito superior a cinco metros, com iluminação adequada, piso em concreto e paredes em alvenaria.

Primeiramente, para facilitar o entendimento, esclareço que, no âmbito da empresa demandada, o termo coxa denomina a peça de aves composta por dois ossos, popularmente conhecidos por coxa e sobrecoxa. A parte inferior corresponde, no ambiente laboral, ao primeiro osso e a parte superior, ao segundo.

Na função de desossa do 2º osso (sobrecoxa), o trabalhador labora predominantemente na posição em pé. Recebe a peça, já com a desossa do 1º osso (coxa) efetuada, de um trabalhador localizado ao seu lado.

Com a mão direita empunhando uma faca, o trabalhador realiza três incisões (duas ao redor do osso e uma para remover a cartilagem) a cada desossa do 2º osso (sobrecoxa). Efetua, em média, a desossa de oito peças por minuto. Dessa forma, executa 24 incisões, realizando movimentos articulares de desvio ulnar e, em maior proporção, flexão do punho direito a cada minuto de trabalho.

Durante a realização dessa atividade não foram observados movimentos articulares de amplitude superior a 30°, tampouco contração estática mantida da musculatura dos ombros do trabalhador.

Por meio da análise biomecânica dessa atividade, conforme executada pela autora, constatou-se a presença de risco elevado ao surgimento de lesão no punho direito (dominante no caso em tela).

Aliás, a própria ré, em seus PPRA, PCMSO e Análises Ergonômicas dos Postos de Trabalho, reconhece o fato de que seus trabalhadores estão sujeitos a risco, em razão de repetitividade das tarefas, posturas inadequadas, etc. Mas não apresenta um plano objetivo para eliminá-los (fala-se da introdução de pausas e rodízios, mas nada apresenta de concreto/específico, de forma que se possa comparar e avaliar a implementação de melhorias, sendo certo que os peritos nomeados por esta magistrada, em diversas perícias realizadas, constataram não haver, de fato, rodízios, ou que quando haviam rodízios, os grupos musculares exigidos continuavam os mesmos).

Quanto à relevância dos fundamentos apresentados pelo Ministério Público do Trabalho neste caso, bem como quanto ao fundado receio de dano irreparável/de difícil reparação, além da legião de lesionados comprovada nos autos através das relações de benefícios previdenciários decorrentes de patologias enquadradas como LER/DORT fornecidas pelo INSS (documentos juntados nos volumes de documentos), não é demais lembrar que constitui direito do trabalhador, nos termos do art. 7º, XXII da Constituição Federal, a 'redução dos riscos inerentes ao trabalho, por meio de normas de saúde, higiene e segurança'. Além disto, nos termos do art. 154 e 157 da CLT (Consolidação

das Leis do Trabalho), art. 19, §1º da lei 8213/91 e item 1.7 da NR -1 (Portaria 35/83 do Ministério do Trabalho), o empregador tem a obrigação de cumprir e fazer cumprir as normas de segurança e medicina do trabalho, devendo adotar medidas coletivas e individuais de proteção e segurança da saúde do trabalhador.

Em relação às patologias conhecidas por LER/DORT, existem normas específicas do Ministério do Trabalho e da Previdência Social e do Instituto Nacional da Seguridade Social que tratam de sua prevenção, em especial Portaria MTb 3214/78 (NR 17), Norma Técnica para Avaliação de Incapacidades decorrentes de LER (IN DC-INSS 98/2003), as quais, claramente, determinam a ADEQUAÇÃO DA MÁQUINA/DA PRODUÇÃO AO HOMEM - adequação do mobiliário ao homem que trabalha; adequação do ritmo da produção ao homem que trabalha; adequação do tempo de trabalho ao homem que trabalha; implementação de pausas durante o trabalho de acordo com o tipo de trabalho e com as necessidades do homem que trabalha; afastamento do trabalhador do trabalho/risco ergonômico à primeira queixa/suspeita de LER/DORT -, o que não se tem verificado nas situações descritas nesta ação.

Ainda quanto à relevância e urgência da tutela antecipada pretendida neste caso, cito trechos de decisão proferida pela MM Juíza Desiree Dorneles de Ávila Bollmann nos autos da ACP 01839-2007-055-012-00-2, os quais incorporo como razão de decidir ao presente julgado:

'A ordem constitucional brasileira é comprometida, em seu fundamento, com a dignidade da pessoa humana.

Sem embargo da força vinculante como regra de direito, a dignidade da pessoa humana também desfruta da qualidade de princípio e valor. Ou seja, ela é padrão deontológico e axiológico de moralidade dentro da comunidade, servindo como fundamento para o desenvolvimento do direito dentro de um padrão moral de justiça, equidade e devido processo legal.

Neste contexto é relevante a lição de José Afonso da Silva quando afirma que a dignidade da pessoa humana foi consagrada como o valor supremo que atrai todos direitos fundamentais, obrigando a uma densificação valorativa que tenha em conta o seu amplo sentido normativo-constitucional

[...] e não uma qualquer idéia apriorística do homem, não podendo reduzir-se o sentido da dignidade humana à defesa dos direitos pessoais tradicionais, esquecendo-a nos casos de direitos sociais, ou invocá-la para construir 'teoria do núcleo da personalidade individual', ignorando-a quando se trate de garantir as bases da existência humana

Daí porque no constitucionalismo moderno passou a densificar o princípio da dignidade da pessoa humana, não apenas no cumprimento dos direitos e garantias, não apenas individuais, mas também em direção à efetivação dos direitos sociais, onde sobressai o direito à condições dignas de trabalho e à saúde.

Outrossim, o artigo 196 da Constituição Federal, que é de clareza solar ao conter diretriz em prol da dignidade da pessoa humana enquanto direito à saúde e da obrigação de todos de implantar políticas que visem a redução da doença:

[...]

Particularmente na esfera do trabalho, a Constituição Federal expressamente dispõe que se constitui direito do trabalhador 'a redução dos riscos inerentes ao trabalho por meio de normas de saúde, higiene e segurança' (artigo 7º, XXII da Constituição Federal)

De fato, como disserta AMAURI MASCARO NASCIMENTO:

'O complexo técnico resultante das invenções e da utilização dos instrumentos, máquinas energias e materiais modifica-se e intensifica-se através das civilizações. A relação entre o homem e o fator técnico exige uma legislação tutelar da saúde, da integridade física e da vida do trabalhador. Assim, como frisar Cabanellas, 'não é possível admitir o sacrifício de vidas humanas pela simples necessidade de aumentar a produção ou para melhorá-la. É preciso ter em conta que a primeira condição que o patrão está obrigado a cumprir é a de assegurar que os trabalhadores se desenvolvam num ambiente moral e rodeados de segurança e higiene próprias da condição e dignidade de que se revestem'

Daí porque na legislação trabalhista brasileira, diversas disposições tutelam a saúde do trabalhador de forma direta e indireta, e dentre elas podemos citar:

- do Título II, o Capítulo II sobre a DURAÇÃO DO TRABALHO, que estabelece limites à extrapolação da jornada de trabalho, condições para seu elastecimento, períodos de descanso e disposições especiais sobre o trabalho noturno;

- do Título II, Capítulo IV sobre FÉRIAS ANUAIS, estabelecendo os períodos após o quê o empregado faz jus a descanso de seu labor; do Título II, Capítulo V, especialmente destinado às normas de SEGURANÇA E MEDICINA DO TRABALHO, que abrangem, além das disposições gerais e normas referentes à inspeção e embargos e órgãos de segurança e de medicina do trabalho, normas sobre o equipamento de proteção individual; medidas preventivas de medicina do trabalho; edificações; iluminações; conforto térmico; instalações elétricas; movimentação, armazenagem e manuseio de materiais; máquinas e equipamentos; caldeiras, fornos e recipientes sob pressão; atividades insalubres e perigosas; prevenção de fadiga; e outras medidas especiais de prevenção (artigos 154 e seguintes da Consolidação das Leis do Trabalho);

- do Título III, o Capítulo I sobre NORMAS ESPECIAIS DE TUTELA DO TRABALHO, especificando as condições de trabalho em diversas atividades;

- do Título III, o Capítulo III sobre PROTEÇÃO DO TRABALHO DA MULHER, onde consta a duração e condições de trabalho da mulher, o trabalho noturno os períodos de descanso e a proteção à maternidade;

- do Título IV, o Capítulo IV de PROTEÇÃO AO TRABALHO DO MENOR.

Especificamente no caso sub judice milita, ainda, a favor dos autores o teor do artigo 253 da CLT.

Ora, se, por um lado, a dignidade da pessoa humana é fundamento de nosso ordenamento constitucional; se todos os cidadãos, em função desta dignidade, fazem jus à saúde, e, conseqüentemente, ao meio ambiente do trabalho livre de riscos à saúde, e, se, por outro, esta tutela é bem específica no que concerne ao conteúdo cogente mínimo do contrato de trabalho, claro está que não se pode admitir ou fomentar políticas empresariais privadas que contrariam o princípio da dignidade da pessoa humana, o direito à saúde, ao meio ambiente sadio e que ignore o conteúdo cogente de proteção à saúde do trabalhador estabelecido pela Consolidação das Leis do Trabalho.'

DA TUTELA ANTECIPADA POSTULADA

O Ministério Público do Trabalho pretende diversas medidas em tutela antecipada. De todas, as que entendo mais urgentes e justificáveis, pela prova até então produzida, são as seguintes:

* introdução de pausas intrajornada para descanso, incluídas na jornada. Fundamento: item 17.6.3., 'b' da NR 17 (Portaria Mtb 3214/78), a qual determina: Nas atividades que exijam sobrecarga muscular estática ou dinâmica do pescoço, ombros, dorso e membros superiores e inferiores, e a partir da análise ergonômica do trabalho, deve ser observado o seguinte: b) devem ser incluídas pausas para descanso. Quanto ao tempo de duração das pausas, segundo informações colhidas junto ao médico perito Osni de Mello Martins, o qual atua como perito do juízo nesta Unidade Judiciária para casos de LER/DORT, as pausas, para serem eficazes, devem ter duração superior a 08 minutos, o que será considerado, neste momento, para fins de tutela antecipada.

* proibição de horas-extras, salvo expressa autorização do Ministério do Trabalho em razão de necessidade imperiosa/força maior. Fundamento: aplicação analógica do disposto no art. 60 da CLT.

* Encaminhamento imediato dos trabalhadores ao INSS em caso de comprovação ou mera suspeita de LER/DORT. Fundamento: Decreto 3048/99 (art. 336); IN INSS 98/2003 (item 08).

Tais medidas, por oportuno, pelo conhecimento científico acumulado, serão suficientes para, em um primeiro momento, reduzir significativamente os casos de LER/DORT, maior problemática verificada na Unidade da requerida de Capinzal.

Por oportuno, há notícias de que outras empresas frigoríficas que atuam no Estado de Santa Catarina, inclusive a empresa SADIA S/A, a qual faz parte do mesmo grupo econômico que a requerida, vêm implementando pausas intrajornada para prevenção de fadiga/prevenção de LER/DORT, e em número maior do que aquele noticiado pela requerida em sua defesa - a requerida noticia um total de 16 minutos de pausa intrajornada, já incluídas a pausa para uso de banheiro e ginástica laboral; há notícias de que outras empresas vêm implantando pausas de 03 a 08 minutos a cada hora trabalhada, situação que demonstra, inequivocamente, que a requerida vem praticando, em sua Unidade de Capinzal, concorrência desleal/dumping social.

Em relação às demais medidas pretendidas pelo Ministério Público através de tutela antecipada, entendo que demandam dilação probatória, sendo certo que apenas uma

perícia específica poderá dizer ao juízo qual a velocidade da produção/duração de jornada viável neste caso.

DISPOSITIVO

Diante do exposto, e o que mais consta dos autos, DEFIRO parcialmente a tutela antecipada requerida pelo MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO para determinar à empresa BRF BRASIL FOODS S/A que:

a) implante para os trabalhadores de sua Unidade de Capinzal, um sistema de pausas para descanso de 08 (oito) minutos após cada período de 52 minutos trabalhados, os quais não poderão ser acrescidos à jornada, devendo a requerida assegurar aos trabalhadores local adequado para a fruição das pausas, dimensionado conforme o número de empregados, dotado no mínimo de cadeiras e/ou poltronas em número suficiente para suprir as necessidades de conforto dos trabalhadores, sob pena de multa diária de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), no caso de não cumprimento da ordem judicial. Durante as pausas em questão poderão ser implementados programas de ginástica laboral (no máximo 02 por turno, pois não há evidências científicas de que número maior seja benéfico ao trabalhador), bem como poderá o trabalhador fazer uso do banheiro ou simplesmente só descansar. Não estão incluídos nos intervalos ora determinados os intervalos para refeição garantidos pelo art. 71 da CLT, os quais deverão, igualmente, ser garantidos pela empresa;

b) se abstenha de exigir dos seus empregados lotados na Unidade de Capinzal a prorrogação da jornada de trabalho, para que sejam minimizados os efeitos nocivos do labor nas condições narradas e mantida a saúde do trabalhador, salvo expressa autorização do Ministério do Trabalho em razão de força maior/serviços inadiáveis, sob pena de multa diária de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), no caso de não cumprimento da ordem judicial;

c) notifique as doenças profissionais comprovadas ou objeto de suspeita encaminhando o trabalhador à Previdência Social para avaliação e, se for o caso, estabelecimento do nexó técnico epidemiológico na forma da nova legislação, tudo sob pena de multa de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), para cada caso não notificado.

Expeça-se mandado.

Intimem-se as partes, devendo o Ministério Público ser intimado pessoalmente.

Intime-se o réu, outrossim, para se manifestar, querendo, em 10 dias, sobre a documentação juntada com a petição de fls. 536 e seguintes.

Cumpra-se as demais determinações contidas nesta decisão (diligenciar junto às Varas do Trabalho de Criciúma e Chapecó visando obter nome de peritos médicos e engenheiros aptos à realização da perícia demandada neste feito, tudo conforme item 2.2. supra; expedição de ofício à Polícia Federal conforme item 2.3. supra).

Joaçaba, 08 de fevereiro de 2010. LISIANE VIEIRA JUÍZA DO TRABALHO-.

O Desembargador relator, após examinar o pedido liminar formulado nestes autos, concedeu a medida, para determinar a suspensão do ato apontado como coator até final decisão.

Assim está posta a decisão monocrática (fls. 5.869/5.872-PE):

-O Juízo impetrado, na ação originária, acolheu parcialmente o pedido de antecipação de tutela requerido pelo MPT, determinando que a impetrante, BRF BRASIL FOODS S/A, observasse uma série de procedimentos.

Transcrevo a seguir a parte final da decisão ora impugnada, *verbis*:

[...]

Vejamos:

As centenas de folhas do presente MS simbolizam bem a alta complexidade da Ação Civil Pública ajuizada pelo MPT que já foi, inclusive, objeto de Ação de Segurança anteriormente impetrado (MS 00062-2010-000-12-00-6).

Como já asseverado na decisão liminar do referido MS anterior, vários dos procedimentos que o MPT pretende ver adotados na empresa impetrante têm por premissa a aplicação analógica de dispositivos legais (a própria Autoridade de 1º grau reconhece ampara-se na analogia ao fundamentar a decisão impugnada).

Ressalto ainda que o Juízo Impetrado já concluiu pela necessidade de prova pericial, conforme revela o seguinte trecho da decisão impugnada, *verbis*:

Esta magistrada entende importante a realização de perícia conjunta no presente caso, da qual deverão participar um médico e um especialista em ergonomia (engenheiro, fisioterapeuta ou outro profissional com formação específica em ergonomia).

Determino à Secretaria da Vara que obtenha informações junto às unidades judiciárias de Criciúma e Chapecó, onde se tem notícia de que tramitam ações civis públicas com idêntico objeto, para verificar nomes de profissionais aptos a desempenhar o encargo, devendo o profissional médico ter conhecimentos acerca do método OCRA de análise.

Após, voltem conclusos para as nomeações pertinentes. As partes serão intimadas para apresentação de quesitos e assistentes técnicos após definidos os nomes dos peritos.

Todo esse quadro milita a favor da Impetrante: ainda é temerária, no ponto em que se encontra a Ação Civil Pública originária, a adoção de procedimentos que interferirão de forma tão importante na atividade produtiva da Impetrante.

Portanto, considerando a complexidade das questões tratadas na ACP e a iminência da perícia, entendo pertinente, por ora, a suspensão dos efeitos da decisão antecipadora,

com a finalidade de aguardar a conclusão dos trabalhos periciais (dentre eles compreendendo-se eventual audiência prevista no art. 435 do CPC).

Ante o exposto, DEFIRO A MEDIDA LIMINAR para suspender, por ora, os efeitos da decisão impugnada.

Oficie-se à autoridade indicada coatora do inteiro teor deste Despacho, inclusive para que preste as informações de que trata a Lei nº 12.016/2009.

Intime-se.-

A Eg. Seção Especializada II do Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região, no julgamento do mandado de segurança, confirmou a liminar anteriormente deferida, concedendo a segurança, para suspender os efeitos da decisão atacada.

O acórdão regional está assim redigido (fls. 5.966/5.970-PE):

-MÉRITO

O Ministério Público do Trabalho ajuizou Ação Civil Pública contra a empresa BRF BRASIL FOODS S/A, unidade de Capinzal-SC, na qual busca (inclusive com pedido de antecipação de tutela) que a empresa implemente uma série de medidas relacionadas à limitação da jornada de trabalho, à concessão de pausas, à redução do ritmo de trabalho, à emissão de CATs, entre várias outras (inicial da ACP, fls. 2/126 do vol. de docs.).

Inicialmente, o Exmo. Juiz do Trabalho da Vara do Trabalho de Joaçaba, Dr. Ricardo Kock Nunes, indeferiu o pedido de antecipação de tutela (fl. 129- vol. de docs.).

Incluído o feito em pauta, foi juntada aos autos a Defesa da empresa BRFOODS, bem como os documentos que a acompanhavam. Em seguida, o feito foi encaminhado para reconsideração do pedido de antecipação de tutela, pleiteada pelo MPT.

Analisando o pedido de reconsideração, a Exma. Juíza Lisiane Vieira deferiu parcialmente a tutela antecipada requerida pelo MPT, determinando, em relação a todos os empregados da unidade de Capinzal, que a empresa (a) implantasse um sistema de pausas para descanso de 8 minutos a cada hora de trabalho; (b) se abstivesse de exigir dos empregados o labor em horas extras e (c) notificasse à Previdência Social todos os casos, comprovados ou suspeitos, de doença profissional (fls. 850 e seguintes - 3º vol. de docs.)

Contra essa decisão foi impetrado o presente Mandado de Segurança pela BRFOODS S/A, no qual se busca a cassação da medida antecipadora.

Deferi a liminar requerida para suspender os efeitos da decisão impugnada (fls. 49/50), decisão posteriormente confirmada em sede de Agravo Regimental.

Vejamos:

Como já afirmado quando da apreciação do Agravo Regimental interposto pelo MPT, foi o próprio Juízo impetrado que reconheceu ser necessária a realização de uma perícia multidisciplinar na ação originária, não obstante os elementos já existentes nos autos da Ação Civil Pública.

Portanto, (a) se os elementos de prova existentes na ACP não foram suficientes para afastar a necessidade da prova técnica e (b) se o Juízo originário já iniciou os procedimentos para a realização da perícia multidisciplinar, entendo (como já decidido quando da apreciação do Agravo Regimental do MPT por esta Seção Especializada) ser temerária **neste momento** a adoção dos procedimentos determinados na decisão antecipadora.

Essas medidas são drásticas, principalmente no universo de mais de 6.400 empregados da unidade da BR FOODS em Capinzal (número informado pelo próprio MPT).

São pertinentes ainda outras considerações acerca da antecipação de tutela concedida na Ação Civil Pública:

a) Da concessão de pausas

Quanto à concessão das pausas de 8 minutos após cada período de 52 minutos trabalhados, a decisão antecipadora baseou-se no item 17.6.3 da NR 17 que determina, *verbis*:

NR 17.6.3. Nas atividades que exijam sobrecarga muscular estática ou dinâmica do pescoço, ombros, dorso e membros superiores e inferiores, **e a partir da análise ergonômica do trabalho**, deve ser observado o seguinte:

(...)

b) devem ser incluídas pausas para descanso;

(...)

Embora a norma regulamentar em tela, ao contrário do alegado pela BR Foods, não padeça de nenhum vício, ela deve ser aplicada **a partir da análise ergonômica do trabalho** o que, sob a minha ótica, só acontecerá com a perícia determinada pelo Juízo impetrado (e que terá, além de um médico, um especialista em ergonomia).

b) Da proibição de prorrogação de jornada

Quanto à determinação de que a BR Foods se abstenha de exigir dos seus empregados a prorrogação da jornada de trabalho (exceto em razão de força maior/serviços inadiáveis) verifico que a Juíza concluiu que as atividades seriam penosas do ponto de vista ergonômico (não se falou em trabalho insalubridade), tendo a autoridade se amparado na aplicação analógica do disposto no art. 60 da CLT.

Entendo ser temerário antecipar a tutela usando como analogia preceito de lei, que tem finalidade específica distinta.

c) Da notificação das doenças profissionais comprovadas ou objeto de suspeita

Por fim, houve a determinação de encaminhamento imediato dos trabalhadores ao INSS em caso de comprovação ou mera suspeita de LER/DORT.

Vejamos.

O item 7.4.8 'c' da NR 7 estabelece, *verbis*

(...) sendo constatada a ocorrência ou agravamento de doenças profissionais, através de exames médicos que incluam os definidos nesta NR (.....) caberá ao médico coordenador ou encarregado encaminhar o trabalhador à Previdência Social para estabelecimento de nexo causal, avaliação de incapacidade e definição da conduta previdenciária em relação ao trabalho.

A determinação de encaminhamento do trabalhador à Previdência Social nos casos de 'mera suspeita' extrapola os termos da NR 7.

De resto, o art. 336 do Decreto 3048/99 já prevê a aplicação de multa à empresa, para o (*sic*) casos de não notificação.

Diante de todo o exposto, CONCEDO A SEGURANÇA para suspender os efeitos da decisão impugnada, tornando definitiva a liminar concedida.-

O Litisconsorte Passivo, em razões de recurso ordinário (fls. 5.977/5.994-PE), sustenta, em resumo, a legalidade da decisão proferida pelo MM. Juízo da Vara do Trabalho de Joaçaba/SC, ao argumento de que restaram preenchidos os requisitos previstos nos arts. 273 e 461, § 3º, do CPC.

Pugna pela denegação da segurança, mantendo-se incólume o ato judicial de fls. 845/860.

O Estado, como produto da razão humana, tem suas origens nas chamadas teorias contratualistas ou pactistas, também conhecidas como teorias racionalistas de justificação do Estado, desenvolvidas a partir do estudo das primitivas comunidades, em estado de natureza.

John Locke, em contraponto ao absolutismo teorizado por Thomas Hobbes (-o homem é o lobo do homem-), assentou a sua teoria em bases liberais, com o propósito de traduzir a obediência dos súditos em proteção.

Nessa concepção, -a autoridade dirige e promove justiça; o contrato é utilitário e sua moral é o bem comum ... o Estado não cria a propriedade, mas a reconhece e protege- (Sahid Maluf, Teoria geral do Estado, 23ª ed., São Paulo: Saraiva, 1995, p. 69).

Vale dizer, o homem delega ao Estado os direitos necessários à manutenção da paz e da segurança de todos,

conservando, por outro lado, o direito à vida, à propriedade e à liberdade (direitos naturais inalienáveis).

A teoria contratualista, na compreensão de Jean Jacques Rousseau, representou a máxima expressão do Estado Liberal, funcionando, inclusive, como base filosófica da Revolução Francesa, que, comparada aos movimentos político-sociais precedentes (Revolução Inglesa - 1689 e Revolução Americana - 1776), teve a propriedade de universalizar os princípios que iriam conduzir ao Estado Democrático (Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, de 1789).

Para Rousseau, segundo Sahid Maluf, a liberdade - consiste, em última análise, em trocar cada um a sua vontade particular pela sua vontade geral. Ser livre é obedecer ao corpo social, o que equivale a obedecer a si próprio-. E conclui: -o homem transfere o seu *eu* para a unidade comum, passando a ser parte do todo coletivo, do corpo social, que é a soma de vontades da maioria dos homens. O povo, organizado em corpo social, passa a ser o soberano único, enquanto a lei é, na realidade, uma manifestação positiva da vontade geral- (obra citada, p. 73).

Sobreleva notar que a luta contra o absolutismo monárquico, além de influenciar a formação do Estado Democrático, consolidou os ideais de liberdade e igualdade defendidos pelos contratualistas, impedindo, assim, a imposição de qualquer limitação aos direitos fundamentais dos indivíduos, salvo por meio de Lei, expressão máxima da vontade geral.

Nesse cenário, os movimentos que consagraram as aspirações preponderantes na Europa dos séculos XVII e XVIII, notadamente as Revoluções Inglesa, Americana e Francesa, esquadriharam o caminho dos Estados que se pretendem democráticos, sendo a supremacia popular, a liberdade e a igualdade de direitos os valores a serem realizados.

O Estado, enquanto elemento condutor das modificações então preconizadas, assume o compromisso de livrar a sociedade das desigualdades e dos preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e qualquer outras formas de discriminação, tornando-a justa e solidária (CF, art. 3º).

Não por outra razão que, no âmbito da proteção jurisdicional, -a lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito- (CF, art. 5º, XXXV).

Prestar tutela jurisdicional ou apreciar lesões ou ameaças a direitos, na expressão de Teori Albino Zavascki, significa -formular juízo sobre a existência dos direitos reclamados e, mais que isso, impor as medidas necessárias à manutenção ou reparação dos direitos reconhecidos- (Antecipação da tutela, 7ª ed., São Paulo: Saraiva, 2009, p. 6).

A proteção jurisdicional, consoante orientação que se extrai do CPC, compreende a tutela de conhecimento, a executiva e a cautelar, cada qual com seus princípios e normas, sem que isso importe segmentação absoluta.

Ou seja, a classificação tripartite, embora represente opção legislativa, não afasta da tutela cautelar as atividades cognitivas e executivas. Daí a razão pela qual o estudo da proteção jurisdicional envolve, na prática, a exata compreensão dos institutos da tutela definitiva (cognição exauriente) e da tutela provisória (cognição sumária).

Enquanto a tutela definitiva implica cognição formada com base no contraditório e na ampla defesa (art. 5º, LIV e LV, da Carta Magna), a tutela provisória, como espécie de providência imediata e de urgência, deita suas raízes na efetividade do processo, de modo a assegurar que os envolvidos não venham a sofrer danos em razão da demora na prestação jurisdicional (CF, art. 5º, LXXVIII).

Diante de tal recomendação, fácil concluir que a cognição exauriente -se presta à busca de juízos de certeza, de convicção, porque o valor por ela privilegiado é o da *segurança jurídica*-, ao passo que a cognição sumária, -própria da tutela provisória, dá ensejo a juízos de probabilidade, de verossimilhança, de aparência, de *fumus boni iuris*, mais apropriados à salvaguarda da prestação necessária a garantir a *efetividade* da tutela- (Teori Albino Zavascki, obra citada, p. 33).

Note-se que tanto a tutela cautelar quanto a antecipatória, espécies que são da função jurisdicional provisória, harmonizam a relação jurídica existente entre a segurança jurídica e a efetividade do processo, pois viabilizam a outorga de medidas de natureza temporária, tendentes a frear situações de risco.

Com efeito, ante o possível confronto entre a segurança e a efetividade, cabe ao julgador, atento às circunstâncias do caso concreto e com o desígnio de preservar os bens e valores prevalentes à luz do Direito, deferir a medida liminar, sem olvidar a hipótese de tal medida ser concedida *inaudita altera pars*, quando, por exemplo, a bilateralidade for incompatível com a urgência da pretensão provisória.

Delimitados os fundamentos das medidas de urgência, passo ao exame detalhado dos seus pressupostos.

Dispõe o art. 273 do CPC:

-Art. 273. O juiz poderá, a requerimento da parte, antecipar, total ou parcialmente, os efeitos da tutela pretendida no pedido inicial, desde que, existindo prova inequívoca, se convença da verossimilhança da alegação e:

I - haja fundado receio de dano irreparável ou de difícil reparação; ou

II - fique caracterizado o abuso de direito de defesa ou o manifesto propósito protelatório do réu.-

A leitura atenta do mencionado dispositivo legal revela que as expressões -prova inequívoca- e -verossimilhança da alegação- correspondem aos pressupostos necessários, sendo os incisos I e II os pressupostos cumulativo-alternativos.

Indene de dúvidas que a concessão de tutela antecipada, nos termos do art. 273 do CPC, depende tanto da existência de prova inequívoca (prova contundente) capaz de convencer o julgador da verossimilhança da alegação, quanto do -fundado receio de dano irreparável ou de difícil reparação- ou do -abuso de direito ou o manifesto propósito protelatório do réu- (incisos I e II do art. 273 do CPC, respectivamente).

O § 3º do art. 461 do CPC também orienta situações em que a tutela jurisdicional pode ser antecipada:

-Art. 461. Na ação que tenha por objeto o cumprimento de obrigação de fazer ou não fazer, o juiz concederá a tutela específica da obrigação ou, se procedente o pedido, determinará providências que assegurem o resultado prático equivalente ao do adimplemento.

[...]

§ 3º Sendo relevante o fundamento da demanda e havendo justificado receio de ineficácia do provimento final, é lícito ao juiz conceder a tutela liminarmente ou mediante justificação prévia, citado o réu. A medida liminar poderá ser revogada ou modificada, a qualquer tempo, em decisão fundamentada.-

Destaque-se, ainda, o poder geral de cautela consolidado no art. 798 do CPC, cuja redação é a seguinte:

-Art. 798. Além dos procedimentos cautelares específicos, que este Código regula no Capítulo II deste Livro, poderá o juiz determinar as medidas provisórias que julgar adequadas, quando houver fundado receio de que uma parte, antes do julgamento da lide, cause ao direito da outra lesão grave e de difícil reparação.-

A gênese dos mencionados dispositivos legais, apesar dos diferenciais semânticos, encontra justificção na noção de urgência, que dá margem ao julgador para decidir sem a necessidade de aprofundar a cognição, desde que presentes os elementos que impulsionem a formação do seu convencimento quanto à existência do direito (-fumaça do bom direito-), impondo-se, na espécie, a pronta atuação do Estado, a fim de combater o risco iminente de lesão (*periculum in mora*).

Compete destacar que a Lei nº 10.444/02, ao inserir o conceito de fungibilidade entre a -tutela cautelar- e a -tutela antecipada-, aproximou, definitivamente, o conteúdo material dos institutos processuais que autorizam o juiz, com apoio em cognição sumária, a prestar a tutela jurisdicional.

Essa é a compreensão depositada no § 7º do art. 273 do CPC (incluído pela Lei nº 10.444, de 7.5.2002):

-Art. 273.

[...]

§ 7º Se o autor, a título de antecipação de tutela, requerer providência de natureza cautelar, poderá o juiz, quando presentes os respectivos pressupostos, deferir a medida cautelar em caráter incidental do processo ajuizado-.

No mesmo sentido é a lição de Cássio Scarpinella Bueno:

-Como os números anteriores querem demonstrar, a doutrina e a jurisprudência não conseguiram, desde a introdução do instituto da tutela antecipada no Código de Processo Civil, em 1994, estabelecer um *parâmetro objetivo* e unanimemente aceito de distinção entre a 'tutela antecipada' e a 'tutela cautelar'. Ainda que haja algumas conclusões sobre as quais há maior consonância, não existe, em termos gerais, *uniformidade* quanto aos *critérios de classificação* aptos a distinguir os institutos.

O que é 'antecipar' para muitos não passa de mero 'acautelamento' para outros e a recíproca é verdadeira. Até porque a 'tutela cautelar', quando analisada em si mesma e tendo em conta os seus próprios fins, é inequivocamente *satisfativa*. O que o autor pede ao Estado-juiz em um 'processo cautelar' - *liminarmente*, como é mais comum no foro, ou na sentença, isso não faz diferença - é, naquele âmbito, inegavelmente satisfativo: uma decisão liminar concedida no âmbito de um 'processo cautelar' tem, por isso mesmo, inegável natureza antecipatória (v. n. 1 do Capítulo 1).

[...]

Não obstante a discussão ser interessantíssima e relevantíssima do ponto de vista teórico, começou-se a verificar que, na prática - leia-se, no dia a dia forense -, as incertezas da doutrina passaram a ter aptidão para causar prejuízos ao jurisdicionado, o qual, ao bater nas portas do Judiciário, passou a ver seu pleito indeferido por questões técnicas, formais, indiferentes ao *fato* que reclamava a concessão de tutela jurisdicional, independentemente de seu *nome*, *natureza* ou critério classificatório.

Um devedor, por exemplo, pedia, em demanda que visava à anulação de título cambial, a sustação do protesto perseguido pelo credor, e o magistrado indeferia o requerimento acentuando tratar-se aquela providência de natureza *cautelar* por ser inviável a antecipação da *certeza jurídica*, que caracteriza a 'tutela declaratória', máxime porque a 'tutela antecipada' pode ser revogada a qualquer tempo nos termos do § 4º do art. 273.

Em 'processo cautelar' preparatório, o devedor formulava o mesmo pedido de sustação de protesto, e um outro magistrado indeferia a petição inicial por entender que a providência só poderia ser obtida pela antecipação dos efeitos da tutela jurisdicional, a ser pedida no 'processo de conhecimento' dado o seu alto grau de satisfatividade.

Não é desnecessário destacar que deixar de conceder tutela jurisdicional por causa de seu *rótulo* é clara contradição do que pregam os estudos do direito processual civil mais recentes. Máxime porque a fonte da tutela jurisdicional, qualquer que seja a sua 'espécie' ou 'classificação' é uma só, a Constituição, que não faz, com relação a ela, qualquer distinção. O que importa, na perspectiva constitucional, é que lesões e ameaças a direito sejam devidamente protegidas pela intervenção jurisdicional (art. 5º, XXXV, da Constituição Federal) e que haja técnicas aptas à otimização da prestação jurisdicional (art. 5º, LXXVIII).

Tais dificuldades acabaram por sensibilizar o legislador das 'Reformas do CPC' que, com a Lei n. 10.444/2002, fez introduzir um § 7º no art. 273, com a seguinte redação: '§ 7º Se o autor, a título de antecipação de tutela, requerer providência de natureza cautelar, poderá o juiz, quando presentes os respectivos pressupostos, deferir a medida cautelar em caráter incidental do processo ajuizado'.

[...]

A interpretação literal do dispositivo tal qual sugerida pelo parágrafo anterior, contudo, deve ser afastada. Ela conspira contra o 'modelo constitucional do processo civil'. O que menos importa para a solução do problema é a presença ou a ausência de texto expresso na lei em um ou em outro sentido.

A '*fungibilidade*' ou a 'conversão' do pedido de tutela jurisdicional é providência *impositiva* ao magistrado e que deriva não da lei, mas do sistema processual civil como um todo, desde a Constituição Federal. Se é certo que os incisos XXXV e LXXVIII do art. 5º daquela Carta deixam ao alvedrio do legislador a escolha das *técnicas* pelas quais ameaças a direito serão imunizadas e pelas quais o processo será célere no atingimento de seus resultados, não é menos certo que não é dado ao legislador criar uma situação tal que resulte no afastamento de determinadas situações da apreciação tempestiva do Poder Judiciário.

Mas não é só. Os arts. 154, *caput*, 244 e 250 e o 'princípio da instrumentalidade das formas' deles derivado são suficientes para afastar o entendimento de que a *letra* do § 7º do art. 273 pode querer sugerir. O que há de fundamental nesses dispositivos é que a forma do ato processual não pode frustrar o atingimento de sua finalidade *substancial* (v. n. 5 do Capítulo 2 da Parte IV do vol. 1). O que se pretende, em última análise, em situações como as descritas ilustrativamente, é que o Estado-juiz preste tutela jurisdicional para imunizar uma dada situação de ameaça. Desde que a iniciativa tal qual formulada seja apta para romper validamente a inércia da jurisdição e conquanto os pressupostos exigidos pelo art. 273 ou pelo art. 798 estejam presentes, não há razão para negar o pedido de qualquer ponto de vista.

Não existe, mormente pelas razões expostas pelo n. 1, *supra*, uma distinção rígida entre 'tutela antecipada' e 'tutela cautelar'. Elas não são - e nunca foram, a depender da perspectiva eleita para o estudo do tema (v. n. 1 da Introdução) - realidades

ontologicamente distintas; no máximo, trata-se de duas facetas diversas de uma mesma realidade que, como tais, complementam-se. A não admissibilidade de um 'pedido pelo outro', mormente quando são a própria doutrina e jurisprudência que apresentam tantas dúvidas e incertezas quanto ao tema, agride o 'modelo constitucional do processo civil'.

Assim, não é porque a *literalidade* do § 7º do art. 273 não autoriza a conversão da 'tutela cautelar' em 'tutela antecipada' que, diante dos pressupostos exigidos pelo art. 273 e/ou pelo art. 798, o magistrado deverá indeferir o pedido de tutela jurisdicional que lhe é endereçado, independentemente da *forma* que ele apresentar. 'Desde que presentes os pressupostos respectivos', assunto do qual se ocupa o número seguinte, um pedido de 'tutela cautelar' ou um pedido de 'tutela antecipada' deve ser concedido um pelo outro, *protegendo-se* o direito lesionado ou ameaçado. Se esse direito será 'antecipado' ou 'acautelado' é questão que o n. 1, *supra*, demonstra como sendo de nenhuma relevância.

O § 7º do art. 273, portanto, deve ser interpretado de forma a permitir fungibilidade ampla e recíproca entre a 'tutela antecipada' e a 'tutela cautelar'.

[...]

É desejável ir um pouco além. O art. 273, § 7º, quando analisado no seu devido contexto, nem sequer deve ser entendido como um caso de *fungibilidade* da 'tutela antecipada' em 'tutela cautelar' ou o contrário. À luz do 'modelo constitucional do processo civil' - e é este, vale a ênfase, o contexto adequado de exame do dispositivo legal -, a hipótese aproxima-se muito mais a uma *indiferença* de técnicas processuais. Tanto faz qual a *técnica* a ser empregada pelo jurisdicionado e pelo magistrado para, diante de cada caso concreto, tutelar (proteger) adequadamente (imunizar) situação de ameaça, pressuposto comum entre uma e outra técnica como demonstra o n. 4, *infra*.

O que importa é que cada *técnica processual* seja utilizada de acordo com os seus respectivos pressupostos, e quanto a isto não há qualquer crítica que mereça o dispositivo em exame.

[...]

Ademais, os *efeitos práticos*, isto é, os efeitos exteriores ao processo, obtidos pelo deferimento do pedido, em um e em outro casos, são rigorosamente idênticos. É supor a hipótese de, em 'processo cautelar preparatório', pedir que o réu seja impedido de incluir o nome do autor em algum banco de informações de proteção ao crédito para que, oportunamente, seja declarada a inexistência da dívida que justificaria aquela iniciativa. Se a ordem judicial para o mesmo fim fosse resultado da concessão de um 'pedido de antecipação de tutela', mesmo que parcial, do pedido de declaração de nulidade daquele débito já formulado perante o Estado-juiz, o resultado útil do processo, isto é, da necessária intervenção e atuação jurisdicional, seria rigorosamente o mesmo. Analisada a questão dessa perspectiva, é impossível constatar qualquer distinção entre as duas hipóteses a robustecer o acerto da orientação aqui proposta.

São essas as razões pelas quais é importante entender que a fungibilidade propugnada pelo § 7º do art. 273 é de *forma*, de *procedimento*, de *técnica* e não *substancial*, aplicando-se a ela, conseqüentemente, os princípios regentes das *formas* dos atos processuais. A situação é tanto mais evidente quando comparada com hipóteses

similares da legislação processual civil extravagante em que a 'tutela antecipada' ou a 'tutela cautelar', com as vestes de uma 'liminar' é obtível no *mesmo* processo, incidentalmente a ele, sem que isso tenha despertado na doutrina nacional qualquer suspeita de que a iniciativa fosse representativa de uma *nova* ou *distinta* ação.-

Rememore-se que o presente mandado de segurança foi impetrado contra a decisão de fls. 845/860, por meio da qual a eminente Juíza da Vara do Trabalho de Joaçaba/SC, nos autos da ação civil pública nº 1327/2009-012-12-00.0, deferiu parcialmente a medida liminar, para determinar que a empresa BRF BRASIL FOODS S.A. se abstenha de exigir a prorrogação da jornada, salvo expressa autorização do Ministério do Trabalho em razão de força maior ou de serviços inadiáveis. Além disso, restou assegurado aos empregados da unidade de Capinzal/SC a fruição de pausas para descanso, bem como a imediata comunicação dos casos de doenças profissionais comprovadas ou objeto de suspeita, com ordem de encaminhamento do trabalhador à Previdência Social.

O Ministério Público do Trabalho da 12ª Região, objetivando instruir o inquérito civil público nº 172/2008 e posteriormente a mencionada ação civil pública, solicitou à Superintendência Regional do Trabalho e Emprego de Santa Catarina, unidade administrativa vinculada ao Ministério do Trabalho e Emprego, que empreendesse diligências junto à BRF BRASIL FOODS S.A. (sucessora da Perdição Agroindustrial S.A.), com a finalidade de apurar e registrar as reais condições de trabalho dos empregados que se ativavam na unidade de Capinzal/SC, especialmente no que diz respeito ao meio ambiente do trabalho e ao cumprimento das jornadas de trabalho e dos respectivos descansos.

Em atendimento à solicitação do MPT da 12ª Região, a Auditora Fiscal do Trabalho Vanise Cleto Murta, matrícula nº 15400262, cuidou de inspecionar a empresa BRF BRASIL FOODS S.A., ocasião em que relatou, com base nas informações prestadas pela própria inspecionada, que -em 14.5.2008 o número de afastamentos superiores a 15 dias por motivo de doença, chegavam a 1.277 casos, o que representa 20,0% do total de trabalhadores- (fl. 1.069-PE), sendo que sessenta por cento deste grupo se encontrava afastado por mais de 1 (um) ano.

Esclareceu, também, que quatrocentos e cinquenta casos pertencem ao grupo -G- (doenças do sistema nervoso) e duzentos e quarenta e oito ao grupo -M- (doenças do sistema osteomuscular e do tecido conjuntivo) do CID-10, em que se reconhece o nexo técnico epidemiológico - NTEP para o CNAE nº 10.12-1-01 (abate de aves).

Além disso, a Auditora Vanise Cleto Murta registrou que entre janeiro de 2005 e novembro de 2007 foram emitidas, apenas, 154 (Cento e cinquenta e quatro)

CATs em decorrência de doenças do grupo -G- e 40 (quarenta) por doenças do grupo -M- (fl. 1.070-PE).

Não bastasse, restou consignado que, -após a instituição do Nexo Técnico Epidemiológico quase a totalidade dos benefícios por incapacidade concedidos em decorrência de doenças do grupo 'G', e grande parte daqueles do grupo 'M', têm sido transformados em auxílio doença acidentário (B91)- (fl. 1.070-PE) .

O relatório de fiscalização de fls. 1.068/1.080-PE informa, ainda, que os procedimentos incluídos pela Empresa no Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional - PCMSO são insuficientes para o que se propõem, na medida em que as avaliações clínicas não foram discriminadas no relatório anual do PCMSO.

Isso, porque as principais causas de afastamento detectadas nas inspeções, quais sejam, LER/DORT de membros superiores e transtornos mentais, têm diagnóstico essencialmente clínico, sem olvidar que inexiste previsão de exames complementares no PCMSO.

Após relatar a evolução dos casos examinados por amostragem, a diligente Auditora do Trabalho apresentou a seguinte conclusão (fl. 1.079-PE):

-Na execução do PCMSO, constata-se falhas no uso do instrumental clínico epidemiológico, tanto para as LER/DORT quanto para os transtornos mentais e comportamentais, prejudicando a identificação das condições de trabalho potencialmente desencadeantes ou agravantes dessas condições. Como consequência, depara-se com uma ênfase em ações voltadas para o combate do estresse no trabalho a nível individual e unilateral do trabalhador, em detrimento de programas que se concentram na melhoria da organização do trabalho.-

As mencionadas irregularidades foram detalhadas nos autos de infração nº 1627243-9 e 1627244-7, dos quais, pela pertinência temática, destacam-se os seguintes trechos (fls. 1.090/1.091-PE e 1.093/1.095-PE):

-Auto de Infração nº 1627243-9: 'O PCMSO 2007 da empresa em epígrafe, em sua página 10, prevê que: *o resultado do relatório dos exames periódicos, em especial os alterados, deverão nortear as ações médicas, ergonômicas e administrativas no setor atingido, servindo de instrumento de vigilância epidemiológica. Uma vez detectado o problema, deverá ser proposta uma solução.*

Por outro lado, em 14/05/2008, nessa empresa, havia 930 trabalhadores afastados por mais de 15 dias com diagnósticos do grupo 'G', 'F-', ou 'M' que possuem presunção de nexo causal com a atividade de abate de aves, por se enquadrar nos intervalos da CID-10 em que se reconhece Nexo Técnico Epidemiológico - NTEP para o CNAE-10.12-1-01, de acordo com o Decreto 6.042 de 2007.

Considerando que as principais causas de afastamento nessa empresa são as LER/DORT de membros superiores e os transtornos mentais, que têm diagnóstico essencialmente clínico, e que não existe nenhum exame complementar previsto no PCMSO que possa contribuir para esse diagnóstico, é possível concluir que o objetivo proposto no PCMSO só seria alcançado, para essas patologias, se fossem incluídos no referido relatório os resultados das avaliações clínicas.

Porém, o relatório anual do PCMSO/2007 não discrimina, por setores da empresa, nem o número de avaliações clínicas, nem tampouco a respectiva estatística de resultados considerados anormais, conforme resumo anexo, que passa a fazer parte do presente auto para todos os efeitos.

Dessa forma o PCMSO perde seu 'olhar coletivo', prejudicando a identificação das causas do adoecimento com vistas à prevenção do agravo-.

-Auto de Infração nº 1627244-7: Em 14/05/2008, de acordo com dados fornecidos pela própria empresa em epígrafe, encontravam-se afastados há mais de 15 dias por doenças com presunção de nexo causal com a atividade e 450 por doenças do sistema nervoso. Entre janeiro de 2005 e novembro de 2007 foram emitidas 154 CATs em decorrência de doenças do sistema nervoso e 40 por doenças osteomusculares.

Em inspeção à empresa no período de 12 a 15 de maio de 2008, visitou-se a linha de produção para reconhecimento das condições de trabalho. Constatou-se a existência de trabalho com posturas inadequadas dos membros superiores, tais como: elevação dos ombros (pendura de aves); flexão, extensão, abdução dos cotovelos (grande número de tarefas, sala de cortes); flexão, extensão e desvios cúbito-radiais dos punhos (sala de cortes). Foi observado, de forma generalizada, o trabalho estático dos membros superiores e inferiores, como: sustentação de braços e antebraços contra a gravidade, uso contínuo de facas e outras ferramentas manuais, manutenção da postura em pé, bem como o trabalho com exigência de força no manuseio de produtos e/ou no uso de ferramentas. Quase todas as atividades realizadas pelos empregados no abate e industrialização do frango caracterizam-se como trabalho monótono pela acumulação de operações repetitivas e desinteressantes, atenção visual de forma permanente e limitação dos contatos humanos.

De acordo com a INSTRUÇÃO NORMATIVA INSS/DC Nº 98, na caracterização da exposição aos fatores de risco para LER/DORT, alguns elementos são importantes, dentre outros: a) a região anatômica exposta ao (sic) fatores de risco; b) a intensidade dos fatores de risco; c) a organização temporal das atividades; d) o tempo de exposição aos fatores de risco.

Tendo por base os fatores de risco para LER/DORT encontrados no ambiente de trabalho, foram analisados 23 prontuários, escolhidos aleatoriamente dentre os beneficiários de auxílio-doença do INSS sem emissão de Comunicação de Acidente do Trabalho - CAT, no período de 2005 a 2007, com diagnósticos de doenças osteomusculares ou do sistema nervoso que possuem presunção de nexo causal com a atividade de abate de aves, por se enquadrar nos intervalos da CID-10 em que se reconhecer Nexo Técnico Epidemiológico - NTEP para o CNAE-10.12-1-01, de acordo com o Decreto 6.042 de 2007.

Constatou-se, generalizadamente, uma pobreza na descrição da anamnese e exame físico nos registros médicos-ocupacionais analisados, sendo que em 08 não havia sequer descrição de sintomas, e em 16 faltava descrição de exame físico. Como conclusão da avaliação, em geral, foi mantido o CID transcrito do atestado encaminhado pelo médico assistente.

Sendo o diagnóstico das LER/DORT, eminentemente clínico, isto é, baseado na anamnese e no exame físico detalhado, em 10 casos, constatou-se a insuficiência desses registros em descaracterizar os diagnósticos previamente estabelecidos e o seu nexos causal com o trabalho, provendo elementos que justificassem a não emissão da Comunicação de Acidente do Trabalho - CAT-.

Na mesma oportunidade, foram lavrados mais quinze autos de infração, sendo que os de nº 1628814-9, 1403527-8, 1403526-0 e 1628869-6 cuidam, especificamente, das pausas para descanso, dos intervalos entre jornadas e das respectivas prorrogações (fls. 1.096/1.141-PE).

Por outro lado, em resposta ao Ofício/MPT nº 13788/2009, o Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, em 27.10.2009, encaminhou ao Ministério Público do Trabalho da 12ª Região, por meio do Ofício nº 168/2009 (fl. 1.143-PE), a relação dos benefícios do tipo B31 (auxílio-doença previdenciário) e B91 (auxílio-doença acidentário) concedidos aos empregados da Perdigão Agroindustrial S.A., no período compreendido entre 2008 e 2009.

As planilhas apresentadas a fls. 1.145/1.169-PE informam que, em 2008, houve a concessão de mais de 250 (duzentos e cinquenta) benefícios do tipo B91 (auxílio-doença acidentário), em virtude de moléstias dos grupos -F-, -G- e -M- da CID-10, sendo que, no ano de 2009, até a data em que encaminhado o relatório, contabilizavam mais de 50 (cinquenta) benefícios (B91), em razão das patologias dos mesmos grupos.

Some-se a isso o fato de que tanto o Programa de Prevenção de Riscos Ambientais - PPRA, quanto os laudos ergonômicos elaborados pela Empresa, não obstante revelem que seus trabalhadores estão sujeitos a riscos, em razão das atividades que desempenham, deixam de propor, como bem destacou o MM. Juízo da Vara do Trabalho de Joaçaba/SC, a adoção de medidas capazes de eliminar as causas dos infortúnios.

Indene de dúvidas que os documentos carreados aos autos do processo matriz e reproduzidos nesta ação de segurança, ao contrário do que decidiu o Eg. TRT da 12ª Região, revelam a gravidade dos fatos ora noticiados e autorizam a cognição sumária inerente às medidas liminares.

Impende ressaltar que a Exma. Juíza da Vara do Trabalho de Joaçaba/SC, à época em que proferiu a decisão impugnada, fê-lo, exatamente, com base nas informações

veiculadas por meio dos autos de infração lavrados pelos Auditores Fiscais do Trabalho, dos programas PCMSO e PPRA, das análises ergonômicas dos postos de trabalho e das perícias realizadas em 2009, razão pela qual esta Egrégia Subseção, considerando a via estreita do mandado de segurança, mas não menos atenta às peculiaridades do caso concreto, cuidou de examiná-los detidamente.

Acrescente-se que a sétima norma regulamentadora do trabalho urbano (NR-7: Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional) estabelece a -obrigatoriedade de elaboração e implementação, por parte de todos os empregadores e instituições que admitam trabalhadores como empregados, do Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional - PCMSO, com o objetivo de promoção e preservação da saúde do conjunto dos seus trabalhadores-.

Ademais, na forma do item 7.2.2 da NR-7, o PCMSO deve considerar -as questões incidentes sobre o indivíduo e a coletividade de trabalhadores, privilegiando o instrumental clínico-epidemiológico na abordagem da relação entre sua saúde e o trabalho-, situação não evidenciada no caso em apreço, consoante auto de infração nº 1627245-5 (fl. 1.137-PE).

Pela adequação ao caso dos autos, destaca-se, ainda, a disciplina do item 7.4.6.1, segundo o qual -o relatório anual deverá discriminar, por setores da empresa, o número e a natureza dos exames médicos, incluindo avaliações clínicas e exames complementares, estatísticas de resultados considerados anormais, assim como o planejamento para o próximo ano, tomando como base o modelo proposto no Quadro III desta NR-, hipótese, do mesmo modo, desprestigiada, conforme auto de infração nº 1627243-9 (fl. 1.090-PE).

Transcreve-se, também, o teor do item 17.6.3 da NR-17 (Ergonomia), dada a sua importância na seara que se examina:

-17.6.3. Nas atividades que exijam sobrecarga muscular estática ou dinâmica do pescoço, ombros, dorso e membros superiores e inferiores, e a partir da análise ergonômica do trabalho, deve ser observado o seguinte:

a) todo e qualquer sistema de avaliação de desempenho para efeito de remuneração e vantagens de qualquer espécie deve levar em consideração as repercussões sobre a saúde dos trabalhadores;

b) devem ser incluídas pausas para descanso;

c) quando do retorno do trabalho, após qualquer tipo de afastamento igual ou superior a 15 (quinze) dias, a exigência de produção deverá permitir um retorno gradativo aos níveis de produção vigentes na época anterior ao afastamento-. (grifei)

No tocante à determinação de comunicação imediata das suspeitas de doenças ocupacionais, com ordem de encaminhamento do trabalhador à Previdência Social, faz-se necessário, novamente na contramão do que decidiu o 12º Regional, elogiar a solução proposta pela eminente Juíza do Trabalho prolatora do ato judicial em destaque.

É que, nos termos do art. 169 da CLT, com a redação dada pela Lei nº 6.514/77, -será obrigatória a notificação das doenças profissionais e das produzidas em virtude de condições especiais de trabalho, comprovadas ou objeto de suspeita, de conformidade com as instruções expedidas pelo Ministério do Trabalho-. (grifei)

Já o item 7.4.8 da NR-7 prevê que, sendo constatadas alterações que revelem qualquer tipo de disfunção de órgão ou sistema biológico, mesmo sem sintomatologia, caberá ao médico coordenador ou encarregado solicitar à empresa a emissão da Comunicação de Acidente do Trabalho - CAT, com encaminhamento do trabalhador à Previdência Social para estabelecimento de nexos causal, avaliação de incapacidade e definição da conduta previdenciária em relação ao trabalho.

Menciona-se, por fim, o conteúdo do item 1 da seção II da Norma Técnica sobre Lesões por Esforços Repetitivos - LER ou Distúrbios Osteomusculares Relacionados ao Trabalho - DORT, aprovada pela Instrução Normativa INSS/DC nº 98, de 5 de dezembro de 2003, DOU de 10.12.2003, segundo o qual -todos os casos com suspeita diagnóstica de LER/DORT devem ser objeto de emissão de CAT pelo empregador, com o devido preenchimento do Atestado Médico da CAT ou relatório médico equivalente pelo médico do trabalho da empresa, médico assistente (Serviço de Saúde Público ou Privado) ou médico responsável pelo Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional-PCMSO, com descrição da atividade e posto de trabalho para fundamentar o nexos causal-. (grifei)

Sebastião Geraldo de Oliveira, discorrendo sobre a matéria, afirma que -a partir do momento em que surge a 'suspeita diagnóstica' de doença relacionada ao trabalho, é dever do empregador e direito do empregado a emissão da CAT- (Indenizações por acidente do trabalho ou doença ocupacional, 5ª ed., São Paulo: LTr, 2009, p. 60).

Vê-se, a toda evidência, que os documentos então apreciados demonstram, ao menos em cognição sumária, a conduta recalcitrante da Empresa, que, deixando de cumprir as normas de segurança e saúde do trabalho, contribuiu para que os acidentes ocorressem.

A inércia empresarial, no caso presente, além de provocar sérias consequências para a saúde física e mental dos trabalhadores, atingiu, sobremaneira, o meio ambiente do trabalho.

Em uma sociedade que se pretende livre, justa e solidária (CF, art. 3º, I), incumbe ao empregador diligente, sob a premissa da dignidade da pessoa humana (CF, art. 1º, III), promover meio ambiente do trabalho saudável, para que o trabalhador possa executar as suas atividades em local que não lhe ceifem saúde e vida.

Maria Aparecida Alkimin, de modo idêntico, afirma que o empregador, para proporcionar ambiente de trabalho sadio, -deve cumprir as normas sobre medicina e segurança do trabalho; independentemente, deve estabelecer normas internas e condições de trabalho que visem à saúde e integridade física e mental dos trabalhadores, promovendo meios para prevenir qualquer tipo de agressão contra a saúde do trabalhador, além de conduzir mecanismos para garantir a qualidade de vida do trabalhador- (Assédio moral na relação de trabalho, 2ª Ed., Curitiba: Juruá, 2008, p. 30).

Ainda, segundo a eminente autora:

-Na moderna organização do trabalho, que visa ao mercado de trabalho competitivo, com novas técnicas produtivas e de gerenciamento de pessoal, imprescindível a tutela do meio ambiente do trabalho, não apenas no sentido de proteção à saúde do trabalhador, mas também se deve visar a qualidade de vida, que implica a satisfação pessoal, profissional e social, e, com consequentemente a valorização do trabalho e a dignidade da pessoa humana- (obra citada, p. 33).-

Não é outra a inteligência do inciso XXII do art. 7º da Constituição Federal:

-Art. 7º São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social:

[...]

XXII - redução dos riscos inerentes ao trabalho, por meio de normas de saúde, higiene e segurança;-

No mesmo sentido, dispõe o inciso I do art. 157 da CLT:

-Art. 157. Cabe às empresas:

I - cumprir e fazer cumprir as normas de segurança e medicina do trabalho;-

A crescente liberalização econômica, aliada aos incentivos dispensados aos mercados emergentes, ao avanço tecnológico e à política do mínimo custo, acirra a competição empresarial, modificando, por conseguinte, a forma de gestão da mão-de-obra, que, no neoliberalismo, encontrou o seu maior propulsor: -produtividade a qualquer custo-.

A nova compreensão do mercado e do modo de produção capitalista exige que o meio ambiente do trabalho seja moldado sobre os alicerces constitucionais que animam a dignidade do trabalhador.

Thereza Cristina Gosdal, Procuradora do Trabalho da 9ª Região, em sua abalizada obra, adverte que -a lógica econômica é aceita sem reservas, assim como os primados da produção e do crescimento. Generaliza-se a idéia de que os homens estão reunidos em sociedade para produzir mais. O bem-estar, possibilitado pelo crescimento econômico, torna-se fim dos indivíduos e da sociedade, colocando-se a produção, os meios de produção e a técnica no centro dos interesses da sociedade. Como o dinheiro é o principal meio para a realização desta finalidade, o objetivo da produção passa a ser o dinheiro-.

Com clareza, prossegue, afirmando que -nenhum valor se opõe à técnica e o indivíduo e sua existência passam a ser uma mera contingência. Com a mundialização da economia esta tendência se acentua, neutralizando-se qualquer conteúdo de valor. Poder fazer torna-se a substância ética da liberdade e a emancipação passa a ser compreendida como bem-estar econômico, posse de bens de consumo-.

E conclui: -este mundo da técnica e do consumo é apresentado como natural, como única via possível para a existência social-, quando, na verdade, não o é. -A dignidade do trabalhador é compreendida dentro da perspectiva estrita do acesso a bens e serviços-, realidade severa, mas modificável por meio do efetivo cumprimento das balizas constitucionais (Dignidade do Trabalhador: um conceito construído sob o paradigma do trabalho decente e da honra, São Paulo: LTR, 2007, p. 22-23).

Assim, na expressão de Sérgio Roberto Faraco, -quando o ambiente de trabalho não é adequado às características e funcionamento da máquina humana, colocando-a em situações penosas, o que se pode observar é o surgimento de diferentes tipos de doença- (Perícias em DORT, São Paulo: LTr, 2007, p. 32).

Ressalte-se que a Exma. Juíza do Trabalho Lisiane Vieira, quando do deferimento da medida liminar, fez constar, expressamente, que, naquela ocasião, já havia julgado -mais de 300 ações indenizatórias propostas por empregados/ex-empregados da requerida em razão de doenças adquiridas e/ou agravadas pelas condições de trabalho a que estavam submetidos-, sendo que a -grande maioria em razão de patologia conhecidas por LER (Lesão por Esforços Repetitivos) ou DORT (Distúrbios Osteomusculares Relacionados ao Trabalho) com nexos de causalidade confirmado- (fls. 971/972-PE).

Não restam dúvidas de que a cuidadosa decisão proferida pela MM. Juíza da Vara do Trabalho de Joaçaba/SC, ao contrário do que decidiu o Tribunal Regional (no julgamento do mandado de segurança), está, de fato, devidamente calcada nos pressupostos que autorizam o deferimento das medidas liminares, motivo pelo qual desmerece qualquer reprimenda.

Nesse sentir, com base nos presentes fundamentos, não vislumbro qualquer ilegalidade ou abuso de poder capaz de motivar a concessão da ordem pretendida pela Impetrante.

À vista de todo o exposto, dou provimento ao recurso ordinário, para, reformando o acórdão regional, denegar o pedido de segurança formulado na petição inicial do *Writ*, mantendo incólume a decisão proferida pela Exma. Juíza do Trabalho Lisiane Vieira (fls. 845/860).

Custas pela Impetrante, no importe de R\$700,00, calculadas sobre R\$35.000,00, valor dado à causa na inicial (fl. 5.860-PE).

Transmita-se, com urgência, à Presidência do Eg. TRT da 12ª Região e à Exma. Juíza Titular (ou a quem estiver em exercício da Titularidade) da Vara do Trabalho de Joaçaba/SC o inteiro teor desta decisão.

ISTO POSTO

ACORDAM os Ministros da Subseção II Especializada em Dissídios Individuais do Tribunal Superior do Trabalho, por unanimidade, conhecer do recurso ordinário e, no mérito, dar-lhe provimento, para denegar a segurança, mantendo incólume a decisão proferida pela Exma. Juíza do Trabalho Lisiane Vieira (fls. 845/860). Custas pela Impetrante, no importe de R\$700,00, calculadas sobre R\$35.000,00, valor dado à causa na inicial (fl. 5.860-PE). Transmita-se, com urgência, à Presidência do Eg. TRT da 12ª Região e à Exma. Juíza Titular (ou a quem estiver em exercício da Titularidade) da Vara do Trabalho de Joaçaba/SC o inteiro teor desta decisão.

Brasília, 24 de maio de 2011.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)

Alberto Luiz Bresciani de Fontan Pereira

Ministro Relator

fls.

PROCESSO Nº TST-RO-62-36.2010.5.12.0000

Firmado por assinatura digital em 26/05/2011 pelo sistema AssineJus da Justiça do Trabalho, conforme MP 2.200-2/2001, que instituiu a Infra-Estrutura de Chaves Públicas Brasileira.